

# Termo de Referência 19/2023

## Informações Básicas

Número do TR 19/2023 UASG 533013- Editado por EDIMIR BARBOSA DA COSTA JUNIOR Atualizado em 28/06/2023 17:28 (v 1.0)

Status

ASSINADO

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;	19/2022	59004.002284/2022-03

### 1. Definição do objeto

#### DO OBJETO E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 1.1 Contratação de Empresa especializada no ramo da engenharia para a prestação de serviços de Realinhamento e ajuste nos 04 elevadores de passageiros da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), com fornecimento de peças .
- 1.2 O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da emissão da ordem de serviço inicial na forma do art. 105 da lei 14.133/02.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – PA (04 elevadores)				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unid. Medida	Quant	Valor Total Estimado (R\$)
01	Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia dos 04 ( <b>quatro</b> ) elevadores da <b>marca</b> ASR, com fornecimento de mão de obra e e peças necessários ao funcionamento regular, eficiente e econômico dos elevadores no <b>Predio principal da Sudam</b>	Serv.	01	RS
	Descrição dos Elevadores- Anexo I do ETP			

02	Serviço de alinhamento, prumo e fixação dos 04 Limitadores de Velocidade.	Serv	01	R\$
Valor Estimado		R\$		

- 1.3 Este serviço em particular pode ser enquadrado **como não contínuo na categoria de serviço de engenharia comum**, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. O serviço de corretiva programada pode ser descrito por especificações gerais, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Por fim, o serviço possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, no mercado próprio.
- 1.4 O custo estimado da contratação é R\$ 26.850,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais)
- 1.5 A presente contratação adotará como regime de execução a contratação será efetivada mediante a utilização do critério de julgamento de “Menor Valor Global”, visando o adequado gerenciamento do fornecimento da prestação dos serviços, evitar o desperdício de recursos afastando riscos de eventuais prejuízos à administração.
- 1.6 O modelo utilizado será por meio de dispensa eletrônica, em razão do valor, aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade. Além disso não haverá fracionamento de despesa, isto é, não haverá contratação de mesma natureza até o final do exercício que ultrapasse o valor teto, e todo serviço contratado foi projetado para atender toda a SUDAM neste período.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1 A presente contratação se faz necessária em virtude dos pontos levantados pelo relatório (0470542)) apresentado pela empresa Ok elevadores, que identificou algumas não conformidades na instalação dos equipamentos da Empresa ASR Elevadores (Vícios de instalação) instalados no Edifício Sede da Sudam, que precisam ser sanados visando garantir a disponibilidade dos equipamentos e a segurança dos usuários, bem como o adequado funcionamento dos equipamentos de transporte vertical, sendo, portanto, item indispensável para a realização das atividades deste Órgão no citado edifício.
- 2.1.2 Serviço deverá ser executado por empresa que disponha de mão de obra especializada, visando à realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho a que os elevadores são submetidos.
- 2.1.3 A manutenção desses elevadores tem como objetivo garantir o perfeito funcionamento de todos os equipamentos que compõem os sistemas de elevadores garantindo toda segurança no transporte dos usuários da autarquia.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1.1 Os serviços serão executados no Edifício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em Belém, bloco C, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00.
- 3.1.2 A CONTRATADA assumirá prontamente a execução dos serviços de realinhamento dos 04 (Quatro) elevadores, com fornecimento de mão de obra e os insumos necessários para a realização dos serviços, o prazo para execução dos mesmos será de até 6 (seis) meses, contados da emissão da Ordem de serviço emitida pela Sudam, a empresa deverá apresentar antes da realização dos serviços toda programação com a apresentação de um cronograma com as respectivas datas de início e fim de cada etapa.

- 3.1.3 Os representantes da CONTRATANTE, responsáveis pela FISCALIZAÇÃO, e toda a pessoa autorizada por esta, terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.
- 3.1.4 A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, quando julgar necessário à boa execução dos serviços contratados.
- 3.1.5 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 15(quinze) dias úteis a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços objeto do presente serviço, em nome do Engenheiro Responsável Técnico, devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico. Tal dispositivo se faz em consonância com Art. 1º da Lei 6.496/77 e Art. 3º da Resolução n.º 307/86 do CONFEA, que dispõem que todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia ficam sujeitos à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 3.1.6 O Engenheiro Preposto/Responsável Técnico deverá fazer-se presente ao local de execução dos serviços sempre que necessário para a devida orientação à equipe executora, ou caso seja solicitado pela Fiscalização.
- 3.1.7 A CONTRATADA deverá instruir seu Engenheiro Responsável Técnico quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.
- 3.1.8 A CONTRATADA cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade (casas de máquinas e outras) permaneça sempre limpa e organizada.
- 3.1.9 Os materiais e/ou as peças a serem empregadas devem ser genuínos ou similares dos respectivos fabricantes, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

## 4. Requisitos da contratação.

### 4.1 CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1 Critérios e práticas de sustentabilidade a serem incluídos dentre as especificações técnicas do objeto em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n.º 05/2017/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os critérios de sustentabilidade ambiental do artigo 5º da Instrução Normativa n.º 01/2010/SLTI/MPOG.

4.1.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA:

- A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da FISCALIZAÇÃO, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à FISCALIZAÇÃO para avaliação de reaproveitamento e /ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE.
- Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, cabos, trapos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental vigente

**5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão do valor estimado para os serviços ser de pequeno vulto.

**7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO ( FACULTATIVO)**

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

7.2 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 O licitante deverá entrar em contato por telefone (091) 4008-5709 ou email: edimir.junior@sudam.gov. br para agendamento da visita.

7.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e interar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação e nível de dificuldade existentes, ocasião na qual será a declaração, conforme modelo constante do Anexo I deste termo ( declaração de Vistoria)

**3 Modelo de execução do objeto****MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Data para início da execução do objeto: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_;

Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

**4 Cronograma de realização dos serviços:**

4.1 O cronograma físico-financeiro detalhado, para a execução dos serviços previstos nos itens 1.2 deste Termo, deverá ser apresentado pela CONTRATADA, levando em consideração os prazos apresentados na tabela 02, a seguir:

## CRONOGRAMA FÍSICO

Tabela 02

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Tabela 02

Etapa	Serviço	Prazo de execução	observação
1	<ul style="list-style-type: none"><li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador social 2</li><li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Social 2.</li></ul>	15 dias úteis	Os serviços serão iniciados após a emissão de Ordem de serviço.
2	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega dos serviços do Elevador Social 2 e testes.</li></ul>	1 dia útil	
3	<ul style="list-style-type: none"><li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador social 1</li><li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Social 1</li></ul>	15 dias úteis	
4	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega dos serviços do Elevador Social 1 e testes.</li></ul>	1 dia	
5	<ul style="list-style-type: none"><li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador de Serviço.</li><li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Elevador de Serviço.</li></ul>	15 dias úteis	
6	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega dos serviços do Elevador de Serviço e testes.</li></ul>	1 dia	
7	<ul style="list-style-type: none"><li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do</li></ul>	15 dias úteis	

	<ul style="list-style-type: none"><li>percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador Privativo.</li><li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Elevador Privativo.</li></ul>		
8	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega dos serviços do Elevador Privativo e testes.</li></ul>	1 dia	
9	<ul style="list-style-type: none"><li>Testes finais de percurso e Entrega formal dos Serviços.</li></ul>	em até 2 dias úteis	Após a entrega do Elevador privativo.

- 

4.2 Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e de equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados, cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.

## 5 Condições de Execução Local da prestação dos serviços

5.1 A CONTRATADA assumirá prontamente a execução dos serviços de realinhamento dos 04 (Quatro) elevadores, com fornecimento de mão de obra e os insumos necessários para a realização dos serviços, **o prazo para execução dos mesmos será de até 6 (seis) meses, contados da emissão da Ordem de serviço emitida pela Sudam**, a empresa deverá apresentar antes da realização dos serviços toda programação com a apresentação de um cronograma com as respectivas datas de início e fim de cada etapa.

5.2 Os serviços serão executados no Edifício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em Belém. bloco C, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00.

## 6 MATERIAIS, INSUMOS A SEREM DISPONIBILIZADOS E PEÇAS.

6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, peças, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

6.2 Desse modo, a Contratada deverá obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado em sua proposta de preço.

6.3 O fiscal do contrato sempre deverá ser comunicado pela CONTRATADA, quando da substituição de peças, e poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuidade dos componentes.

6.4 A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE as peças eventualmente substituídas. As peças substituídas deverão ter garantia pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

## INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

*Os Elevadores que deverão sofrer manutenção possuem as seguintes características:*

## ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA ELEVADORES

<b>Elev. Social I</b>	<b>HX2019040301</b>
<b>Fabricação</b>	<b>2019</b>
<b>Tipo</b>	<b>SUM 01</b>
<b>Potência máquina</b>	<b>10 kw</b>
<b>Rotação</b>	<b>144 rpm</b>
<b>Tensão</b>	<b>220V</b>
<b>Amperagem</b>	<b>40,3 A</b>
<b>Frequência</b>	<b>24 Hz</b>
<b>Bobina de freio</b>	<b>Tensão 110 V corrente DC</b>
<b>Quadro de comando</b>	<b>Com controlador Nice 3000</b>
<b>Encoder</b>	<b>DC 5V (+- 0,25V)</b>
<b>Máquina</b>	<b>Máquina de tração gearless 1000 kg</b>
<b>Limitador de velocidade</b>	<b>Tipo OX-240</b> <b>Velocidade Nominal 1,5 m/s Diâmetro: 8 mm.</b>

<b>ELEV. SOCIAL II</b>	<b>HX2019070668</b>
<b>Tipo</b>	<b>SUM 01</b>
<b>Fabricação</b>	<b>2019</b>
<b>Potência máquina</b>	<b>10 kw</b>
<b>Rotação</b>	<b>144 rpm</b>
<b>Tensão</b>	<b>220V</b>
<b>Amperagem</b>	<b>40,3 A</b>
<b>Frequência</b>	<b>24 Hz</b>
<b>Bobina de freio</b>	<b>Tensão 110 V corrente DC</b>
<b>Quadro de comando</b>	<b>Com controlador Nice 3000</b>
<b>Encoder</b>	<b>DC 5V (+- 0,25V)</b>
<b>Máquina</b>	<b>Máquina de tração gearless 1000 kg</b>
<b>Limitador de velocidade</b>	<b>Tipo Ox-240</b> <b>Velocidade Nominal 1,5 m/s Diâmetro: 8 mm.</b>

<b>ELEV. SERVIÇO</b>	<b>HX2019040302</b>
<b>Tipo</b>	<b>SUM 01</b>
<b>Fabricação</b>	<b>2019</b>
<b>Potência máquina</b>	<b>4,6 kw</b>
<b>Rotação</b>	<b>144 rpm</b>
<b>Tensão</b>	<b>220V</b>
<b>Amperagem</b>	<b>19 A</b>
<b>Frequência</b>	<b>16 Hz</b>
<b>Bobina de freio</b>	<b>Tensão 110 V corrente DC</b>

<b>Quadro de comando</b>	<b>Com controlador Nice 3000</b>
<b>Encoder</b>	<b>DC 5V (+- 0,25V)</b>
<b>Máquina</b>	<b>Máquina de tração gearless 650 kg</b>
<b>Limitador de velocidade</b>	<b>Tipo OX-240 Velocidade Nominal 1,5 m/s Diâmetro: 8 mm.</b>

<b>ELEV. PRIVATIVO</b>	<b>HX2019070667</b>
<b>Tipo</b>	<b>SUM 01</b>
<b>Fabricação</b>	<b>2019</b>
<b>Potência máquina</b>	<b>3 kw</b>
<b>Rotação</b>	<b>159 rpm</b>
<b>Tensão</b>	<b>220V</b>
<b>Amperagem</b>	<b>13,1 A</b>
<b>Frequência</b>	<b>21,2 Hz</b>
<b>Bobina de freio</b>	<b>Tensão 110 V corrente DC</b>
<b>Quadro comando</b>	<b>Com controlador Nice 3000</b>
<b>Encoder</b>	<b>DC 5V (+- 0,25V)</b>
<b>Máquina</b>	<b>Máquina de tração Pms gearless 450 kg</b>
<b>Limitador de velocidade</b>	<b>Tipo OX-187 Velocidade Nominal 1,0 m/s Diâmetro: 6 mm.</b>

6.5 Os Elevadores são novos instalados em 2019, com casa de máquinas. As máquinas de tração dos elevadores são do tipo semengrenagem (Gearless), fabricação e motor de corrente alternada.

6.6 O Pannel de comando é de corrente alternada com VVVF, marca NICE 3000.

## 7 GARANTIA DO SERVIÇO

7.1 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 03) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## 8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



- 8.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 8.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 8.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 8.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 8.12 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 8.13 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 8.14 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 8.15 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 8.16 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 8.17 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 8.18 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.19 O Engenheiro Preposto/Responsável Técnico deverá fazer-se presente ao local de execução dos serviços sempre que necessário para a devida orientação à equipe executora, ou caso seja solicitado pela Fiscalização.
- 8.20 A CONTRATADA deverá instruir seu Engenheiro Responsável Técnico quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

## 9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
- 9.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.3 Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.4 Conforme a Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade de da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Seu principal objetivo é a busca da eficiência e eficácia com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- 9.5 Assim, a contratada deverá atingir a meta de realização dos serviços objeto da contratação. Caso as metas não sejam alcançadas, a gestão do contrato fará os cálculos necessários para fixar a faixa de indicadores apresentadas no Anexo I deste Termo.

- 9.6 Os atendimentos efetuados pela contratada serão objeto de controle da fiscalização e da gestão do contrato, de modo a verificar suas adequação às exigências previstas no instrumento contratual. A medição do IMR será feita a cada entrega feita do serviço contratado em cada elevador, caso tenha ocorrido descumprimento de indicador do IMR, a gestão do contrato fará o
- 9.7 Cálculo do percentual de desconto que incidirá sobre o preço da nota fiscal de cada serviço concluído do contrato, e
- 9.8 Encaminhará à Contratada para conhecimento do valor a ser recebido no mês. A gestão do contrato poderá reverter a aplicação do desconto caso a Contratada comprove que o descumprimento do indicador decorreu de fator alheio à sua atuação.
- 9.9 O IMR mede a qualidade com que o serviço é executado e permite proporcionalizar o pagamento devido em função do recebimento do serviço com qualidade inferior à contratada, logo, é um instrumento objetivo para mensuração e liquidação do valor a ser pago pela prestação do serviço. Portanto, a aplicação de desconto no pagamento em virtude de não atingimento de níveis mínimos de qualidade do serviço configura-se em instrumento de gestão contratual, não configurando sanção. Contudo, o CONTRATANTE poderá, pela reincidência ou gravidade em descumprimento de indicadores do IMR, aplicar as sanções previstas em contrato.
- 9.10 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. Ademais, os indicadores listados no Anexo I não são exaustivos, portanto são passíveis de alterações e criações de novos indicadores pelo CONTRATANTE.
- 9.11 **DO RECEBIMENTO**
- 9.12 A medição dos serviços será por cada serviço concluído em cada elevador, no qual deve ser gerado um Relatório, onde conste todos os serviços que foram realizados nos equipamentos e que deverá ser anexado a Nota Fiscal, atestando assim o bom funcionamento do equipamento e as peças trocadas durante o serviço.
- 9.13 O cronograma físico-financeiro detalhado, para a execução dos serviços previstos nos itens 1.2 deste Termo, deverá ser apresentado pela CONTRATADA, levando em consideração os prazos apresentados na tabela 02, a seguir:

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO****Tabela 02**

Etapa	Serviço	Prazo de execução	observação
1	<ul style="list-style-type: none"><li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador social 2</li><li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Social 2.</li></ul>	15 dias úteis	Os serviços serão iniciados após a emissão de Ordem de serviço.
2	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega dos serviços do Elevador Social 2 e testes.</li></ul>	1 dia útil	
	<ul style="list-style-type: none"><li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador social 1</li><li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Social 1</li></ul>	15 dias úteis	

3			
4	Entrega dos serviços do Elevador Social 1 e testes.	1 dia	
5	<p>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador de Serviço.</p> <p>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Elevador de Serviço.</p>	15 dias úteis	
6	Entrega dos serviços do Elevador de Serviço e testes.	1 dia	
7	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia do Elevador Privativo.</li> <li>Serviço de alinhamento, prumo do regulador de velocidade do Elevador Elevador Privativo.</li> </ul>	15 dias úteis	
8	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega dos serviços do Elevador Privativo e testes.</li> </ul>	1 dia	
9	<ul style="list-style-type: none"> <li>Testes finais de percurso e Entrega formal dos Serviços.</li> </ul>	em até 2 dias úteis	Após a entrega do Elevador privativo.
	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>		

9.14 As medições, para fins de pagamento, serão realizadas com base na conclusão das etapas previstas na tabela 02, bem como ainda condicionadas à emissão dos respectivos termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo.

9.15 Os valores relativos ao montante para pagamento de cada medição é detalhado a seguir, tendo como base no valor total do serviço.

- 25% (cinco por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Entrega dos serviços do Elevador Social 2 e testes, mediante apresentação da Nota Fiscal e do Relatório dos serviços que foram realizados No Elevador Social 2.

- 25% (cinco por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Entrega dos serviços do Elevador Social 1 e testes, mediante apresentação da Nota Fiscal e do Relatório dos serviços que foram realizados No Elevador Social 1.
- 25% (cinco por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Entrega dos serviços do Elevador de Serviço e testes, mediante apresentação da Nota Fiscal e do Relatório dos serviços que foram realizados No Elevador de Serviço .
- 25% (cinco por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Entrega dos serviços do Elevador Privativo e testes, mediante apresentação da Nota Fiscal e do Relatório dos serviços que foram realizados No Elevador Privativo.
- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.6 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo relacionados a entrega dos serviços de cada elevador. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser Recebimento Provisório.

9.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

9.11 . O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.13 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.14 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de (10) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo ( Relatório produzido pelo Fiscal Técnico), quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- b. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- c. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- d. . Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.16 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

9.17 Liquidação

9.18 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura juntamente com o relatório dos serviços prestados em cada elevador que foi finalizado.

9.19 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço em cada elevador conforme cronograma físico -financeiro, conforme este Termo de Referência.

9.20 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.21 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.22 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.23 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.24 a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

9.25 b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.26 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.27 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.28 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.29 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.30 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$
$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$
$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; } VP = \text{Valor da parcela a ser paga.}$$
$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$
$$I = (TX)$$
$$I = (6 / 100) / 365$$
$$I = 0,00016438$$
$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

- 9.31 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.32 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 10 PRAZO DE PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 10.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
- 11.2 A presente contratação adotará como regime de execução contratação será efetivada mediante a utilização do critério de julgamento de “Menor Valor Global”, visando o adequado gerenciamento do fornecimento da prestação dos serviços, evitar o desperdício de recursos afastando riscos de eventuais prejuízos à administração.
- 11.3 Trata-se de serviço comum de caráter não contínuo sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante contratação direta, dentro da excepcionalidade da dispensa, em sua forma eletrônica, devido o valor da contratação, conforme Os incisos I e II do artigo 4º da Instrução Normativa n. 67/2021 exigem a dispensa de licitação eletrônica para as contratações que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I do artigo 75 da Lei n.14.133/2021.
- 11.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 12.1 O modelo utilizado será por meio dispensa eletrônica, em razão do valor, aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

## 13. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 13.1 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) conforme a Lei Federal n.º 5.194/66 e a Resolução n.º 1.121/2019 do Confea em plena validade.
- 13.2 Apresentação de Engenheiro Mecânico devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
- 13.3 No mínimo, 01 (um) Atestado (declaração) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora dos serviços de montagem, desmontagem, revitalização ou reforma de elevadores, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços pertinentes e de características semelhantes.
- 13.4 Serão aceitos o somatório de atestados (declarações) para comprovação da capacidade técnico-operacional.
- 13.5 A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.
- 13.6 Declaração da LICITANTE, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, se responsabilizará por quaisquer danos causados por seus empregados à União e servidores da CONTRATANTE, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da União e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados.
- 13.7 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 13.8 A fase de habilitação consistirá, também, na consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou às certidões respectivas, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## 14 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 14.1 Valor (R\$): 26.850,00

## 15 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 15.1 Conforme definido no Art. 4º da NORMA Nº 2/2021-CLC/DIRAD e em concordância com o Art 5º da IN Nº 73/2020, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
- I. Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de precos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
  - II. Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
  - III. Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

- IV. Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

- 15.2 Assim, considerando que com base nos parâmetros I, III e IV, a pesquisa foi realizada em sítio eletrônico especializado fonte de preços retornando com a informação de não ter encontrado nenhuma similaridade, assim como no painel de preços( neste caso não há retorno do sistema com nenhuma informação relacionada ao objeto pretendido), aparecem outros serviços diversos.
- 15.3 Utilizando o critério IV na pesquisa direta com fornecedores, foram enviados emails para 07 empresas com fornecimento de apenas 01 orçamento.

## 16 METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

- 16.1 Solicitamos cotações a 07 fornecedores locais dos serviços, para obter os preços reais de mercado, e apenas 01 empresa apresentou orçamento para os serviços.
- 16.2 Neste caso foi utilizado excepcionalmente o único preço fornecido, devido não obtenção de valores que subsidiassem o uso de uma média de valores, conforme inciso 4º do art. 6º da IN N° 73/2020.
- 16.3 Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – PA (04 elevadores)				
IT E M	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Uni d. Me did a	Q ua nt	Valor Total Estimad o (R\$)
01	Serviço de Realinhamento das portas de pavimento, do topo das guias em todos os pavimentos e guias de contrapeso, revisar todas as distâncias horizontais( entre guias) ao longo do percurso, assim como o prumo vertical de cada guia dos 04 (quatro) elevadores da marca ASR, com fornecimento de mão de obra e e peças necessários ao funcionamento regular, eficiente e econômico dos elevadores no Predio principal da Sudam  Descrição dos Elevadores- Anexo I do ETP	Ser v.	01	R\$ 20.600
02	Serviço de alinhamento, prumo e fixação dos 04 Limitadores de Velocidade.	Ser v	01	R\$ 6.250,00
Valor Estimado		R\$ 26.850,00		



**16.4 O custo estimado da contratação é de R\$ 26.850,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais)**

## **17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Programa de Trabalho: 04122003220000001
- Fonte: 1000000000
- Elemento de Despesas: 339039
- Plano Interno: 23CGA Dotação orçamentária: 2023

## **18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 18.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 18.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 18.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 18.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 18.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 18.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 18.7 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 18.8 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 18.9 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato; Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

## **19 Obrigações da Contratada**

- 19.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 19.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 19.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 19.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 19.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 19.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 19.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 19.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 19.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 19.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 19.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 19.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 19.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 19.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 19.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 19.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 19.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 19.20 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

## 20 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 20.1 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.2 A rescisão do Contrato poderá ser:
- 20.2.1. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e Judicial, nos termos da legislação.
- 20.2.2. No interesse da CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 10 (dez) dias, com o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão;
- 20.2.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 20.3 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 20.4 Falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal.
- 20.5 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.5.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.6 Multa de:**
- 20.6.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a (15) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.6.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.6.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.6.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor total do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 3 e 4, abaixo; e 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.7 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.8 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.9 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 20.10 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.11 As sanções previstas nos subitens 20.5, 20.6 e 20.8 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.12 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 3 e 4

Tabela 3

Tabela 3

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 4

INFRAÇÃO		
IT E M	DESCRIÇÃO	G R A U
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

20.13 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.14 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.15 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.16 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.17 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.18 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.19 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.20 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## Anexos do Termo de Referência

### ANEXO I

#### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS ( GLOSAS DOS SERVIÇOS)

Tabela 5

INDICADOR - Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme especificado no Termode Referência
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência em cada entrega do elevador
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	.Durante a execução dos serviços e em cada entrega do elevador que sofreu manutenção
Mecanismo de cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência registrada no período

Faixas de ajustes no pagamento	<p>Até 2,0 (dois) pontos, será pago 100% do valor correspondente aos serviços;</p> <p>De 2,1 a 4,0 pontos, será pago 97% do valor correspondente aos serviços; De 4,1 a 6,0 pontos, será pago 95% do valor correspondente aos serviços; e</p> <p>Acima de 6,0 pontos, será pago 90% do valor correspondente aos serviços.</p>			
Observações				
OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIA NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL
Deixar de usar os EPI's e uniformes	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2		
Deixar de cumprir os prazos estabelecidos pelo contrato ou determinado pela fiscalização para execução dos serviços contratados e da apresentação de documentos.		2		
Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.		1		
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.		2		

Pontuação Total do Serviço				

**ANEXO II**

(CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA ENGENHARIA PARA REALINHAMENTO E AJUSTE NOS 04 ELEVADORES DE PASSAGEIROS DA SUDAM (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA), EM BELÉM.)

**ATESTADO DE VISTORIA**

Processo nº 59004.002284/2022-03

Declaro ter feito vistoria nas dependências do Bloco C da SUDAM, e ter tomado conhecimento sobre as condições do local e dos equipamentos, para execução do objeto do presente no Termo de Referência.

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Representante Legal \_\_\_\_\_

Local e data \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
RG do representante legal

\_\_\_\_\_  
CPF do representante legal

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E DO OBJETO LICITADO**

---

Processo nº 59004.002284/2022-03

Declaro, sob penas da lei, que possuo pleno conhecimento do objeto licitado e concordo com todas as exigências contidas no  
edital e anexos.

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ telefone: \_\_\_\_\_

Representante Legal \_\_\_\_\_

Local e data \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
RG do representante legal



CPF do representante legal

#### ANEXO IV

### DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

(nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ N.º : \_\_\_\_\_ com sede na

\_\_\_\_\_(endereço completo) por  
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de  
Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, para os fins de habilitação,

DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do  
meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDIMIR BARBOSA DA COSTA JUNIOR**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/06/2023 às 17:28:15.